

‘Fartura’

Recursos para a Assembleia seriam suficientes para solucionar ‘caos’

Valor do orçamento seria capaz de bancar UPAs por anos e dar fim à crise na Santa Casa

Liziane Berrocal

De janeiro a maio de 2015, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul recebeu exatos R\$ 89.969.088,04 do Executivo estadual, em valores a título de duodécimo –para manutenção dos gastos da Casa. De acordo com os dados disponíveis no site da transparência, a média mensal de recebimento do Legislativo Estadual é de R\$ 17,9 milhões. Uma quantia considerável, principalmente quando olhamos para um cenário de crise econômica no qual serviços públicos se veem ameaçados no Estado e municípios, em meio a cobranças sobre reajustes salariais impossíveis de serem pagos ou cobranças por melhorias diversas.

A destinação de recursos à Assembleia em valores acima dos necessários para o seu funcionamento foi exposta em maio. Em entrevista a jornalistas, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) revelou que fechou acordo para que a Casa “devolva” R\$ 1,5 milhão mensais ao Executivo, justamente para que o Estado possa cobrir gastos considerados essenciais. A medida não é novidade no país, já que em outros Estados, as “sobras” do Legislativo já ajudam outros setores da gestão *(leia mais nesta página)*.

Do montante enviado à Assembleia nesses cinco meses, R\$ 2,4 milhões foram usados somente na cota de exercício da atividade parlamentar –a verba indenizatória–, que pode chegar a R\$ 31,7 mil mensais, considerando dados apresentados pelos parlamentares.

O dinheiro é destinado a gastos para custear os mandatos, como locação de imóveis para atividade parlamentar, acesso à internet, serviço de TV a cabo, locomoção, aluguel ou aquisição de software, táxi, estacionamento, segurança, contratação de assessores e até mesmo fretamento de aeronaves.



Assembleia Legislativa deve fechar 2015 com R\$ 216 milhões repassados pelo governo para custeio de atividades

